

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
 Balanço Patrimonial - Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês - Hospital Geral DO Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"
 CNPJ nº 09.538.688/0005-86

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	Nota	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e Banco		20.808	44.544
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	8.593.182	3.105.979
Estoques	5	2.776.491	2.196.725
Créditos diversos		672.732	494.494
Total do ativo circulante		12.063.213	5.841.742
Ativo não circulante			
Direito de uso	6	518.171	805.867
Depósitos judiciais	12	205.698	215.854
Intangível		26.473	-
Imobilizado	7	12.325.363	9.905.409
Total do ativo não circulante		13.075.705	10.927.130
Total do ativo		25.138.918	16.768.872

Demonstrações Financeiras "Carve-Out" em 31 de Dezembro de 2022			
	Nota	2022	2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	8	6.671.937	6.229.148
Arrendamento a pagar	9	232.222	247.959
Obrigações trabalhistas	10	13.731.592	12.318.359
Obrigações tributárias de terceiros	11	254.635	207.806
Outras contas a pagar		22.284	393.696
Total do passivo circulante		20.912.670	19.396.968
Passivo não circulante			
Arrendamento a pagar	9	302.498	557.908
Provisão para demandas judiciais	12	4.079.831	6.002.192
Subvenções de investimentos a realizar	13	1.497.768	697.002
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	14	7.935.447	5.182.891
Total do passivo não circulante		13.815.544	12.439.993
Patrimônio líquido			
(Déficits) acumulados	15	(15.068.089)	(17.524.364)
Superávit do exercício		5.478.793	2.456.275
Total do patrimônio líquido negativo		(9.589.296)	(15.068.089)
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		25.138.918	16.768.872

Demonstrações dos resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - Estadual	16	167.278.052	150.876.389
Receitas com doações	17	526.845	4.108.525
Aquisição de Imobilizado com verba de custeio	16	(43.922)	-
Outras receitas	18	785.518	868.287
Total		168.546.493	155.853.201

Custos e despesas operacionais			
	Nota	2022	2021
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	19	(144.012.202)	(137.758.971)
Utilidade pública	20	(3.610.425)	(3.239.746)
Serviços profissionais	21	(10.001.979)	(8.448.220)
Contingências	12	(935.214)	682.200
Depreciações	7	(1.856.456)	(1.534.879)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	22	(4.107.751)	(3.426.570)
Total		(164.524.027)	(153.726.186)

Superávit operacional antes do resultado financeiro			
	Nota	2022	2021
Despesas financeiras	23	(71.115)	(30.976)
Receitas financeiras	23	1.527.442	360.236
Resultado financeiro	23	1.456.327	329.260
Superávit do exercício		5.478.793	2.456.275

Demonstrações dos resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
	Nota	2022	2021
Déficit (superávit) do exercício		5.478.793	2.456.275
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		5.478.793	2.456.275

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		5.478.793	2.456.275
Ajustes por:			
Provisão/Reversão para contingências		935.214	(682.200)
Depreciações imobilizado e amortizações direito de uso		1.890.379	1.534.879
Amortização de Intangível		29.902	-
Juros de Arrendamento		23.188	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado		(23.873)	-
Receita de aplicações financeiras		(1.506.599)	(318.122)
Doação recebidas em equipamentos médicos		-	(3.054.543)
Variação de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos		8.306.342	(1.758.587)
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios		-	108.366
Estoques		(579.766)	1.792.587
Créditos diversos		(178.238)	9.832
Depósitos judiciais		10.156	49.748
Aumento (redução) dos passivos		442.789	(927.626)
Fornecedores		442.789	(927.626)
Obrigações trabalhistas		1.413.233	208.518
Obrigações tributárias		46.829	(334.021)
Outras contas a pagar		(371.412)	381.635
Subvenções de investimentos a realizar		800.766	548.881
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado		2.752.556	822.653
Contingências pagas		(2.857.575)	(3.924.358)
Receita diferida		-	(431.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8.306.342	(1.758.587)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Direito de uso		-	(991.836)
Recursos financeiros vinculados a projetos		(3.979.233)	2.437.676
Adições no imobilizado		(4.102.885)	(264.053)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(8.082.118)	1.181.787
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento		(223.870)	(185.969)
Pagamento de juros sobre arrendamento		(24.089)	805.867
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(247.959)	619.898
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(23.736)	43.099
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		44.544	1.445
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		20.808	44.544
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(23.736)	43.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)

	(Déficits) acumulados	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(23.892.991)	6.368.627	(17.524.364)
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado	6.368.627	(6.368.627)	-
Superávit do exercício	-	2.456.275	2.456.275
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(17.524.364)	2.456.275	(15.068.089)
Incorporação do superávit do ano anterior ao déficit acumulado	2.456.275	(2.456.275)	-
Superávit do exercício	-	5.478.793	5.478.793
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(15.068.089)	5.478.793	(9.589.296)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out"
 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"): O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º)". Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio":** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0005-66, localizada na Rua Francisco Octávio Pacca, nº 180, Grajaú. Em 01 de dezembro de 2021, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº PROCESSO SES-PRC-2021/33119, que prevê a gestão por 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 828.000.000, com repasses previstos para 2022 de R\$ 165.600.000. **1.3 Plano da Administração para o Hospital Geral do Grajaú:** A unidade Hospital Geral do Grajaú, incorreu em superávit de R\$ 5.478.793 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, reduzindo o patrimônio líquido negativo de R\$ 15.068.089 para R\$ 9.589.296. O valor do patrimônio líquido negativo é o menor desde 2012, ano em que o IRSSL assumiu a gestão do Hospital Geral do Grajaú. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R\$ 8.849.457. O superávit apresentado ao final do exercício de 2022 refletiu em partes a não realização da produção na totalidade, tanto em saídas clínicas, como em saídas cirúrgicas e hospital dia e partes pelo trabalho interno de busca por economia e redução de despesas. Nas saídas clínicas, o não cumprimento das metas em detrimento da Covid-19 afetou consideravelmente os atendimentos, notificamos junto à SES também quanto ao super dimensionamento das clínicas pediátrica e obstétrica, apesar das estratégias adotadas para melhoria da performance não conseguimos atingir os resultados contratados. Nas saídas cirúrgicas houve a suspensão de cirurgias eletivas no primeiro semestre em virtude da contaminação do Covid-19 e no Hospital Dia, ocorreu a falta de demanda de pacientes para pequenos procedimentos cirúrgicos, devido à concorrência com unidades ambulatoriais da prefeitura. Informamos a SES sobre essas dificuldades e dos nossos esforços em busca de uma melhor performance. Quanto ao trabalho de redução de despesas, destacamos as ações de conscientização das equipes, as intervenções farmacêuticas e avaliação dos coordenadores médicos para liberação de medicamentos de alto custo. Para o ano de 2023, a administração mantém a perspectiva de superávit. Ocorreu alinhamento com a SES, visando a readequação de metas, com redução de saídas clínicas e hospital dia e aumento em saídas cirúrgicas e consultas ambulatoriais, além da manutenção do plano de redução de despesas. O superávit projetado garante a tendência de redução no patrimônio líquido negativo da unidade. O Hospital Geral do Grajaú é certificado pela ONA (nível III) que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. **1.4 Imunidade Tributária:** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do artigo 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **2. Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladora do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas Organização Social de Saúde - (OSS). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. Para melhor comparabilidade, algumas rubricas e notas explicativas foram reclassificadas, sem alterar o resultado da Entidade e/ou a posição patrimonial. A emissão das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 30 de março de 2023. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas pros-

pectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e • Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 25 - Instrumentos financeiros: d. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais práticas contábeis: a. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade não apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, consequentemente não há variação a ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa associada a esse tema. **b. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Periodicamente o estoque é reavaliado e se necessário, provisionado a resultado, itens identificados como obsoletos ou vencidos. Em 2022 e 2021 não foi identificados itens elegíveis a provisão. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2019, data de transição do Instituto para as normas CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

Anos	
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Software e hardware	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil-econômica dos ativos em relação ao ano anterior. **d. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **e. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **g. Provisão para demandas judiciais:** O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas

para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Subvenções governamentais:** Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma: • **Subvenção para custeio** - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. • **Subvenção para investimentos** - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. • Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos ente público geralmente no início do mês à competência. **k. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out". **l. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro continua-★.

* continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out" do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Nos exercícios de 2022 e 2021 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (ii) **Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iii) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **m. Arrendamentos:** O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2022, possuíamos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2). **n. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. As seguintes normas alteradas e interpretações não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. Adicionalmente existem normas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras "carve out" da Entidade, que não deverão ter impacto significativo para a Entidade listados abaixo: • CPC 50 - Contratos de Seguro; • CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

4. Recursos financeiro vinculados a projetos:

	2022	2021
Aplicações financeiras	8.593.182	3.105.979

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 9% a 103% do CDI (em 2022 a rentabilidade média foi de 97,3% do CDI).

5. Estoques:

	2022	2021
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	1.853.284	1.661.387
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	923.207	535.338
Total	2.776.491	2.196.725

6. Direito de uso:

	2022	2021
Equipamentos de informática	518.171	805.867

Mapa de movimentação do direito de uso:

	2022	2021
Saldo inicial	805.867	-
Adição	-	991.836
Depreciação	(287.696)	(185.969)
Saldo final	518.171	805.867

7. Imobilizado:

	2022	2021
Instalações	3.504.414	2.943.714
Móveis e utensílios	1.963.549	898.662
Máquinas e equipamentos médicos	10.103.319	8.068.451
Máquinas e equipamentos em geral	1.127.972	598.331
Veículos	31.300	-
Total	20.684.176	12.325.363

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	2022	2021
Saldo em 31/12/2021	16.730.554	10.103.319
Adições	4.078.254	(83.569)
Reversões	(124.632)	-
Depreciação	(4.078.254)	(124.632)
Saldo em 31/12/2022	12.325.363	9.873.602

8. Fornecedores:

	2022	2021
Imobilizado com restrição	7.935.446	5.182.891
Imobilizado sem restrição	4.416.390	4.722.518
Total imobilizado	12.351.836	9.905.409

8. Fornecedores:

	2022	2021
Fornecedores nacionais	6.671.937	6.229.148

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

9. Arrendamento a pagar:

	2022	2021
Arrendamento a pagar	518.171	805.867
Saldo em 31 de dezembro de 2021	805.867	-

Novo contrato

Principal pago	(223.870)	(185.969)
Juros pagos	(24.089)	-
Juros incorridos	(23.188)	-
Movimentação do exercício	(271.147)	805.867
Saldo em 31 de dezembro de 2022	534.720	805.867

Curto Prazo

Longo Prazo	302.498	557.908
31/12/2022	534.720	805.867

Compromissos futuros

2022	-	271.147
2023	232.222	232.222
2024	240.886	240.886
2025	61.612	61.612
Total	534.720	805.867

Refere-se a contrato de arrendamento firmado em 2021 registrado pelo Instituto em atendimento a CPC 06 (R2) - Arrendamentos, principalmente pelo atendimento ao item 63c, que determina que o prazo do arrendamento deve ser equivalente à maior parte da vida econômica do ativo, mesmo se a propriedade não for transferida. No caso do Instituto, a vida útil econômica foi estimada em 60 meses e o contrato de locação possui vigência de 48 meses. O contrato refere-se a aparelhos de informática (servidores) a ser pago em 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 20.663. A taxa de juros utilizada no fluxo de pagamentos futuros é de 15,78%.

10. Obrigações trabalhistas:

	2022	2021
Provisão para férias e encargos sobre férias	7.186.640	6.716.499
Salários e ordenados a pagar	3.567.844	3.469.367
Contribuições e encargos sociais	2.977.108	2.132.493
Total	13.731.592	12.318.359

11. Obrigações tributárias de terceiros:

	2022	2021
PIS/COFINS/CSLL	143.673	41.108
INSS pessoa jurídica	64.562	7.799
IRRF	38.170	119.169
ISS	8.213	39.713
Impostos e taxas municipais	17	17
Total	254.635	207.806

12. Provisão para demandas judiciais:

	2022	2021
Provisão para demandas judiciais	4.079.831	6.002.192

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	2022	2021
Saldo em 31/12/2021	6.002.192	1.918.262
Trabalhistas	1.454.203	1.333.374
Cíveis	4.547.989	584.888
Total	6.002.192	1.918.262

Unidades

Hospital Geral do Grajaú - Custeio	-	-
Hospital Geral do Grajaú - Investimento	-	-
Total	-	-

Unidades

HGG - Custeio	150.006.530	-
HGG - Investimento	-	-
Total	150.006.530	-

17. Receitas com doações:

	2022	2021
Doação Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Covid-19	-	2.063.780
Outras receitas com doações em espécie e material (a)	526.845	816.514
Projeto de Eficiência Energética ENEL	-	1.228.231
Total	526.845	4.108.525

(a) Doações de materiais e medicamentos de fornecedores.

18. Outras receitas:

	2022	2021
Residência médica	695.217	775.415
Locação de espaço	90.301	92.872
Total	785.518	868.287

19. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos:

	2022	2021
Pessoal e encargos	(74.963.678)	(72.081.343)
Serviços médicos	(36.879.602)	(34.410.775)
Medicamentos e materiais	(17.781.590)	(18.353.027)
Materiais de consumo	(4.972.042)	(4.006.996)
Higiene e limpeza	(4.169.237)	(3.901.392)
Nutrição	(2.937.483)	(2.469.265)
Lavanderia e rouparia	(2.308.570)	(2.536.173)
Total	(144.012.202)	(137.758.971)

20. Utilidade pública:

	2022	2021
Energia elétrica	(1.635.502)	(1.455.070)
Água	(1.101.493)	(1.034.726)
Gás natural	(647.212)	(513.430)
Telecomunicações	(205.765)	(223.961)
Combustíveis e lubrificantes	(20.453)	(12.559)
Total	(3.610.425)	(3.239.746)

21. Serviços profissionais:

	2022	2021
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(6.394.009)	(5.891.428)
Manutenção e conservação	(2.151.159)	(1.055.633)
Suporte em infraestrutura de TI	(1.284.967)	(1.314.876)
Auditoria	(132.815)	(146.595)
Consultoria e assessoria	(39.029)	(39.688)
Total	(10.001.979)	(8.448.220)

(a) Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto (backoffice) para o Hospital Geral do Grajaú de acordo com o termo de cooperação.

22. Outras (despesas) operacionais, líquidas:

	2022	2021
Locação de equipamentos	(2.376.609)	(2.223.112)
Impostos e taxas municipais (a)	(1.200.363)	(590.757)
Segurança e vigilância	(276.950)	(259.641)
Inventários nos estoques	(235.868)	(394.136)
Arquivo e guarda de documentos	(182.173)	(164.201)
Uniformes/E.P.I.	(96.163)	(82.634)
Ornamentação e paisagismo	(26.553)	(34.320)
Despesas legais/fiscais/parafiscais	(79.842)	(47.412)
Outras despesas	(57.412)	(78.782)
Outras despesas	(4.531.933)	(3.615.354)
Outras receitas	424.182	448.425
Total	(4.107.751)	(3.166.929)

(b) Despesas com Taxas de Lixo (TRSS).

23. Receitas financeiras, líquidas:

	2022	2021
Receita de aplicações financeiras	1.506.599	318.122
Descontos obtidos	20.843	42.114
Total	1.527.442	360.236

Saldo em 31/12/2020

	2022	2021
Saldo em 31/12/2020	10.608.750	10.103.319
Adições	1.762.481	(2.444.681)
Reversões	(2.444.681)	(3.924.358)
Pagamentos	(3.924.358)	(6.002.192)
Saldo em 31/12/2021	6.002.192	1.918.262

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2022 são: trabalhistas R\$ 4.700.579 (R\$ 705.221 em 2021) e R\$ 1.097.313 de processos cíveis (R\$ 1.428.442 em 2021). Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os processos relacionados à natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros. Os principais temas cíveis abordados nesses processos versam, principalmente, sobre questões de erro médico. Caso essas contingências, venham a ter um desembolso financeiro provável, o Instituto negociará junto a Secretaria Estadual de Saúde um complemento de repasse no contrato de gestão para cobertura de eventual indenização. Os depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante, que não possuem passivos contingentes associados, possuem a seguinte composição:

	2022	2021
Natureza	2022	2021
Trabalhista	205.698	215.854
Total	205.698	215.854

13. Subvenção de investimentos a realizar:

	2022	2021
Subvenções de investimentos a realizar	1.497.768	697.002
Movimento de 2022	697.002	1.109.922

	2022	2021
Saldo em 31/12/2021	697.002	1.109.922
Recebimento de recursos	(309.156)	(1.497.768)
Saldo em 31/12/2022	387.846	-</

← continuação		Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out" do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse DI Dio" (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2022	2021	"carve-out" foi:	
Juros e multas sobre parcelamento		-	(1.011)		
Outras despesas financeiras		(27.268)	(26.542)		
Multas		(52)	-		
Juros incorridos		(43.794)	(3.423)		
		(71.115)	(30.976)		
		1.456.327	329.260		
24. Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021), o Instituto não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez". (I) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto. Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.					
31/12/2022					
Passivos financeiros não derivativos		Fluxo de caixa contratuais			
	Valor	6 meses		06 - 12	01 - 02
	Contábil	Total ou Menos		meses	anos
Fornecedores	6.653.647	6.653.647	6.653.647	-	-
Arrendamento a pagar	557.908	557.908	-	247.959	309.949
Outras contas a pagar	22.284	22.284	-	22.284	-
Total	7.233.839	7.233.839	6.653.647	270.243	309.949
31/12/2021					
Passivos financeiros não derivativos		6 meses			
	Valor	Total		ou Menos	
Fornecedores	6.229.148	6.229.148	6.229.148		
Total	6.229.148	6.229.148	6.229.148		
Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. Exposição a riscos de crédito: A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras					
		2022	2021		
Receita dos contratos de gestão - Estadual		167.234.130	150.876.389		
ISS 2%		3.344.683	3.017.528		
PIS 0,65%		1.087.022	980.697		
COFINS 3%		5.017.024	4.526.292		
		9.448.729	8.524.517		
		2022	2021		
Superávit do exercício		5.478.793	2.456.275		
IRPJ e CSLL 34%		1.488.040	835.134		
Receita com doações		526.844	4.108.525		
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)		21.074	164.341		
Total das estimativas e principais renúncias		10.957.843	9.523.992		
26. Isenção de INSS cota patronal: Em 02 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, Portaria nº 806, de 26 de agosto de 2020, Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS, com sede em São Paulo (SP). O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; Considerando a competência prevista no artigo 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e Considerando a Nota Técnica nº 244/2020-CG-CER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.136428/2018-58, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve: Artigo 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2018 a 20 de setembro de 2021. Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 3º Fica sem efeito a Portaria nº 900/SAES/MS, de 29 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 156, de 14 de agosto 2019, seção 1, página 75. Com o deferimento se mantém o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,16%. Em 15/09/2021 ingressamos com o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde conforme Processo de renovação SEI nº 25000.138728/2021-77 Ofício nº 1507/2021/CGCER/DCEBAS/SAES/MS. Até a publicação deste Relatório de Auditoria não tivemos retorno ante a petição. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do artigo 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2022 e 2020 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:					
		31/12/2022	31/12/2021		
Pessoal e encargos		74.963.678	72.081.343		
Total da estimativa de isenção (Consolidado) - INSS cota patronal (27,16%)		20.360.135	19.577.293		
Maria Angela Atallah	Mario Sergio Cutaít	Carolina Lastra	Cláudio Augusto Generoso	Rildo Ancigan de Siqueira	
Presidente do conselho de administração do Instituto	Membro do conselho de administração do Instituto	Diretora Executiva	Gerente Financeiro e Contábil	Contador - CRC 1PE020957/O-0 T SP	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras "Carve-Out"

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS, gestor do Hospital Geral do Grajaú - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da Hospital Geral do Grajaú ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Geral do Grajaú em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração dos demonstrativos e restrição sobre distribuição e uso:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela diretoria do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Consequentemente, os demonstrativos podem não ser adequados para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS, Hospital Geral do Grajaú e Secretaria Estadual da Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Ênfase - Reequilíbrio econômico de contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras "carve-out", que

indica que em 31 de dezembro de 2022 o contrato de gestão junto à Secretaria Estadual da Saúde apresentava deficiência de capital de giro de R\$ 8.865.195 e patrimônio líquido negativo em R\$ 9.572.747. O Instituto vem buscando alternativas junto à Secretaria Estadual da Saúde visando a renegociação dos valores dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 13 de abril de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras "carve-out". **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras "carve-out":** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras "carve-out" livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve out", a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out":** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out". Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2023
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
 CRC-SP034519/O
Fabio Henrique Rontani Fonseca
 Contador CRC-SP292795/O